

NOVOS GATEKEEPERS NA IMPRENSA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO E REPÓRTERES NA COBERTURA SOBRE DROGAS

Neide Queiroz de Andrade¹
Patrícia Bandeira de Melo²

O objetivo deste artigo é analisar a vinculação estrutural da imprensa brasileira às assessorias de comunicação na cobertura brasileira sobre drogas. Os dados resultam de pesquisa acerca das dinâmicas entre os diversos atores que afetam a construção do discurso sobre consumo e venda de substâncias entorpecentes na imprensa brasileira, com base na análise de um *corpus* composto por três jornais do Estado de

-
1. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE).
neide.qandrade@ufpe.br
 2. Doutora em Sociologia. Professora adjunta da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS/IPL). Investigadora do Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média (LIACOM).
pbmelo@escs.ipl.pt

Pernambuco, no Brasil: Jornal do Commercio (JC), Folha de Pernambuco (FP) e Diário de Pernambuco (DP).

A partir da constatação de que as notícias sobre drogas nestes jornais trazem como principal enfoque a dimensão de segurança pública e suas principais fontes são as Polícias Militar (PM) e Civil (PC), subordinadas ao governo do Estado de Pernambuco (Andrade, 2024), realizámos entrevistas com assessores de comunicação das polícias e com repórteres e editores das três redações. Os dados demonstram que o campo jornalístico está alinhado com os interesses do governo estadual devido ao enfraquecimento económico das empresas de comunicação, que levou à redução das equipas das redações e tornaram os jornais dependentes das informações fornecidas pelas assessorias estatais, bem como das verbas publicitárias governamentais.

As análises das coberturas sobre drogas no Brasil (Andrade, 2018, 2024; Bruck, 2013; Melo, 2011; Melo et al., 2011; Rocha & Silva, 2016;) e no mundo (Taylor, 2008) indicam uma cobertura com viés reducionista, por naturalizar a visão da venda de drogas como um crime e não aprofundar debates acerca da política de drogas. Nesse sentido, a imprensa tradicional se posiciona pela manutenção do *status quo* que estigmatiza pessoas marginalizadas envolvidas com drogas (Melo, 2011), além de fortalecer a cultura de proibição às drogas, que fundamenta a política de combate aos entorpecentes. O sentido de pânico da droga marca momentos e lugares distintos, designando períodos de cruzadas anti-drogas que ganham proeminência e legitimidade (Reinarman & Levine, 1997).

Melo (2011) analisa a cobertura da imprensa dos Estados Unidos e constata que o crack foi associado aos *ghettos* e *barrios*, territórios

das pessoas negras e latinas. A investigadora identifica termos como “praga”, “epidemia” e “crise” para nomear a chegada da droga nos anos 1980 aos EUA. Havia, na época, uma vinculação de problemas de violência ao uso de entorpecentes e, por sua vez, a ligação das drogas às comunidades negras e latinas.

No Brasil, Bruck (2013) observa a cobertura sobre o crack na imprensa de Minas Gerais durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, desde quando o crack chegou ao Estado, e verifica imaginários sobre consumidores da droga retratados nos media, tais como o de que o entorpecente vicia no primeiro uso, de que o crack leva naturalmente as pessoas aos crimes de homicídio, que a droga mata em pouco tempo ou que o usuário é irrecuperável. Já Rocha e Silva (2016) analisam a cobertura da Folha de S. Paulo na década de 2010, verificando uma visão higienista no discurso mediático, não somente pela questão da segurança pública, como Bruck (2013) demonstrou, mas também por uma questão urbanística da cidade de São Paulo, com o jornal demandando às autoridades a retirada de usuários de drogas da região conhecida como Cracolândia³.

Melo et al. (2011) analisam que o discurso sobre drogas na imprensa brasileira pressupunha que os usuários de drogas são violentos, mesmo sem haver comprovação científica que ligasse o uso de drogas a comportamentos violentos. Melo (2011) ressalta que muitas notícias relatavam o consumo do crack por pessoas de classes média e alta, embora não houvesse evidências científicas de que os índices fossem alarmantes. À época, a modalidade das reportagens especiais na

3. Região paulista onde pessoas em vulnerabilidade social fazem uso e venda de drogas.

imprensa eram mais frequentes, com textos mais extensos e o recurso a uma variedade maior de discursos, além dos oficiais, com fontes diversas, mas que evidenciavam o sentido do pânico das drogas: títulos como “A epidemia do tráfico” ou “Alguém precisa me deter, classe média refém do crack” (Melo, 2011) mostravam a percepção de algo patológico, contagioso e descontrolado, reverberando o sentido de pânico.

Em estudo recente, Andrade (2018) apresenta um cenário narrativo modificado: na cobertura sobre drogas em jornais pernambucanos, evidencia-se as atividades das polícias, com a maioria dos conteúdos protagonizados por essas fontes oficiais, a partir de *press releases* produzidos pelas assessorias de comunicação. Isso gera um nova perspectiva discursiva: antes, os jornais cobravam às polícias ações de proibição, com coberturas mais completas dos media; agora, destaca-se a proatividade dessas polícias em ações como prisão, apreensão, investigação etc., decorrente do predomínio do material fornecido pelas assessorias aos veículos de comunicação. Na prática, as polícias passaram a ser sujeitos das principais orações das notícias analisadas (Andrade, 2024): “PMPE prende suspeito de tráfico em Vitória de Santo Antão” (DP); “Polícia apreende 300 kg de cocaína no Rio de Janeiro” (FP).

Esse cenário evidencia que, seja com maior estrutura das redações de décadas atrás, seja com o recente enxugamento das equipas, o discurso de proibicionismo às drogas persiste, o que nos leva à necessidade de observar a perspectiva individual, uma vez que ocorre o silenciamento de fontes que se distanciam da perspectiva de proibição às drogas. Orlandi (2001, p. 82) explica que o discurso é formado pelo dito e pelo não dito. Esse não dito está implícito na interpretação do que é dito: “ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que

também significam”. Ao não justificar o motivo das ações policiais, quem escreve a notícia compreende que essa explicação está implícita: o combate às drogas é necessário e legítima muitas prisões ou ações violentas das polícias. Os textos jornalísticos não respondem questões como: há legitimidade nessas ações? Em que as polícias se baseiam para acreditar que as ações violentas estatais são capazes de reduzir as ações violentas dos envolvidos com entorpecentes?

No Recife, capital pernambucana, a disputa do campo de drogas é acirrada historicamente. A cidade protagonizou um investimento pioneiro no Brasil em políticas públicas de redução de danos (RD)⁴ nos anos 2000 (West, 2016). Entretanto, em 2015, com a mudança da gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a então Secretaria de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas firmou convênios com comunidades terapêuticas. Se, de um lado, as estratégias de RD permitem o uso de drogas de maneira controlada, dando autonomia ao usuário, de outro, as comunidades terapêuticas defendem uma abordagem de abstinência, afastamento da família, dos laços sociais e uso da religião – em sua maioria evangélica –, aproximando-se de abordagens manicomialis. Confrontouse a abordagem da RD, defendida pelas Secretarias de Saúde e Assistência Social, com a perspectiva da abstinência, com a consolidação das comunidades terapêuticas vinculadas a políticos evangélicos.

Essa disputa é omitida pelos jornais, que majoritariamente apresentam apenas a perspectiva proibicionista. Esse cenário decorre,

4. Política que propõe o uso controlado de entorpecentes e a troca de substâncias psicoativas por outras menos danosas, com alternância entre a abstinência e o uso de maneira menos nociva.

sobretudo, do enfraquecimento financeiro das redações de jornais e do fortalecimento das assessorias de comunicação na última década. Sabemos que as notícias são formadas a partir dos eixos individual, organizacional e social (Traquina, 2008), e estabeleceremos, neste trabalho, uma relação entre os níveis organizacional e individual, a partir da análise de entrevistas semiestruturadas com assessores de comunicação das polícias e repórteres dos três principais jornais pernambucanos. Queremos compreender o quanto a relação entre repórteres e assessores de imprensa afeta a construção das notícias.

Este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na sequência, apresentamos o enquadramento teórico-metodológico, discutindo conceitos como sentido do crime, *ethos* jornalístico, os eixos individual e organizacional que estruturam os media como empresas de mercado e a justificação das entrevistas semiestruturadas como instrumento de investigação. No terceiro tópico, analisamos os dados obtidos. Por fim, apresentamos as considerações finais, na qual destacamos que o eixo económico parece ter sido vitorioso na disputa com o *ethos* profissional no campo jornalístico.

Enquadramento Teórico-Metodológico

A imprensa moderna, desde o século XIX, está inserida no capitalismo como empresa de mercado (Melo, 2013). Os jornais, financiados como empresas privadas, inauguram o jornalismo industrial, na qual as relações de patrão-empregado entre jornais e jornalistas evidenciam o que Traquina (2008) chamou de eixo económico. Assim, na produção mediática, o eixo organizacional está afeito à combinação entre a cobertura dos fatos e os cuidados com os interesses económicos dos

media. Por mais que os jornalistas, em nível individual, tenham, na sua cultura profissional, a intenção de fazer as próprias entrevistas e apurar profundamente, fazendo cobranças ao poder público, os interesses do eixo económico se sobressaem (Andrade, 2024; Traquina, 2008).

Andrade (2024) identifica o uso exclusivo das fontes oficiais na análise de notícias. Somado a isso, identificámos a abordagem singular de proibicionismo às drogas na perspectiva individual dos jornalistas, sem questionar se a Lei de Drogas brasileira é adequada ou não para a sociedade. Esse ponto de vista unilateral reverbera na cobertura da imprensa brasileira sobre entorpecentes: a lei proibicionista, que aborda o consumo e o tráfico de drogas, é naturalizada na cobertura mediática e não é discutida como produto histórico das relações sociais.

Nesse sentido, apaga-se a noção de que o crime é uma construção histórica e temporal (Melo, 2010). E, uma vez que, no futuro, algumas percepções sobre ações criminosas da atualidade poderão ser refutadas e consideradas injustas e cruéis (Melo, 2010), o papel dos media seria de promover o debate sobre várias abordagens possíveis quanto ao consumo e à venda de entorpecentes, o que implica em recorrer a inúmeras fontes e abordar diversas dimensões sobre o assunto, além do segmento da segurança pública.

Não identificámos, entretanto, uma disputa pelo discurso no que diz respeito ao *ethos* profissional dos jornalistas (Traquina, 2008) e à condição organizacional, uma vez que, individualmente, os profissionais também não enxergam políticas alternativas ao uso de drogas que não seja o proibicionismo. Ou seja, mesmo quando havia ferramentas organizacionais suficientes para fazer grandes reportagens, os jornalistas

realçavam o pânico, o higienismo e o caráter de violência associada ao uso de drogas (Andrade, 2024).

Isso nos levou a duas hipóteses: as notícias sobre drogas são assim porque os jornalistas possuem um *ethos* conservador ou são censurados pela indústria mediática. Nos dois cenários, o discurso em prol da proibição se sobressai: antes, os jornalistas cobriam diretamente as questões de segurança pública e valorizavam o viés proibicionista ao exigir maior atuação policial; agora, as notícias chegam prontas às redações, produzidas pelas assessorias dos órgãos policiais, e corroboram o mesmo sentido proibicionista ao mostrar a proatividade das polícias.

Traquina (2005) define o *ethos* jornalístico como uma cultura da profissão, características compartilhadas entre os pares. Esse *ethos* é pautado em ideais como verdade, investigação, liberdade de imprensa. Com o objetivo de elucidar as disputas travadas no campo jornalístico para construção das notícias, recorreremos aos principais atores que identificamos na cobertura sobre drogas: repórteres e editores de jornais e assessores de imprensa das polícias.

Na pesquisa preliminar em Andrade (2024), realizamos análises do discurso e de conteúdo em 100 notícias, coletadas entre abril a maio de 2021 e publicadas no DP, FP e JC. Entre outros aspectos, identificamos a predominância das fontes oficiais e o uso de *press releases* como material principal das notícias, assim como fotografias fornecidas pelas assessorias das corporações policiais, ou seja, estas assessorias são responsáveis por grande parte da produção textual e audiovisual publicada nos três jornais, com predomínio de narrativas ligadas quase exclusivamente à pauta de segurança pública, fortalecendo o viés proibicionista.

Partimos, então, para entrevistas semiestruturadas com repórteres e editores dos três jornais analisados, assim como com os assessores de imprensa das polícias Civil e Militar. A entrevista foi utilizada como um modo de compreensão da realidade social, conforme salienta Rosenthal (2014). Identificámos questões como a dependência que os jornais têm dos conteúdos das assessorias, assim como casos de censura devido aos interesses económicos das empresas jornalísticas. O que mais se sobressaiu foi o deslocamento de quem decide o que é ou não notícia. Função antes atribuída aos editores dos jornais, agora, os assessores de imprensa assumem a posição de *gate*, utilizando como parâmetro os interesses das corporações. Segundo White (1993), os *gatekeepers* são conjuntos de pessoas responsáveis por decidir o deve ou não entrar no noticiário. Hoje, no entanto, o papel de filtrar os conteúdos que chegam aos jornais é exercido, em grande parte, pelos profissionais de assessoria de imprensa.

Trabalhámos, inicialmente, com a hipótese de que os jornalistas sofrem censura, e por isso não publicam informações sobre as diversas perspetivas relacionadas aos entorpecentes.

No entanto, embora a censura esteja presente, a construção da narrativa jornalística é mais complexa: o formato das notícias é menos rebuscado e mais simples, utilizando, maioritariamente, apenas fontes oficiais e *press releases* das assessorias estatais. Mas, quando os jornalistas tiveram a possibilidade de fazer reportagens mais apuradas, a naturalização da guerra às drogas continuou presente, identificada a partir das entrevistas deste estudo.

Análise dos Dados e Discussão

Assessores como a Voz das Corporações nos Media

Em que pese a existência aparente de interesses diversos ligados à natureza dos serviços de assessores de comunicação e repórteres – de um lado, os assessores são incumbidos de preservar a boa imagem do seu cliente; de outro, o repórter é valorizado no campo jornalístico pela análise, fiscalização e denúncia de irregularidades nas políticas públicas – a relação entre repórteres e assessores fica cada vez mais íntima nesse cenário, uma vez que o trabalho passa a ser partilhado pelos dois atores. Nesta simulada quebra de braço, um terceiro ator ganha força que, muitas vezes, é decisória: as empresas de comunicação, interessadas, principalmente, no capital económico e, com isso, alinhadas aos governos para conseguir verbas publicitárias para os jornais. Em entrevistas realizadas com os assessores de imprensa das polícias civil e militar, identificámos o fortalecimento crescente das suas equipas. No caso da Polícia Militar de Pernambuco (PM), um dos órgãos responsáveis pela repressão às drogas, a assessoria conta com 28 integrantes, um aumento de quase 65% na equipa desde 2017, quando havia 17 integrantes. A equipa conta com assessor de imprensa, fotógrafo, operador de câmara, operador de drone e *designer*, além de todos os equipamentos técnicos necessários.

O grande investimento na assessoria de comunicação revela a importância da corporação da PM em construir uma imagem positiva nos media, um dado interessante quando observamos que este investimento vem à reboque da diminuição dos cargos de jornalistas nas redações de jornais, evidenciada nas entrevistas com os repórteres, que revelaram demissões em massa de jornalistas e dívidas de pagamento

de salários, fatores que levam à precarização do trabalho nos media tradicionais. Logo, com as equipas dos órgãos oficiais fortalecidas e a das redações enfraquecidas, a produção de conteúdo a ser utilizada pelos jornais está cada vez mais dependente das assessorias, que têm mais facilidade em emplacar pautas positivas alinhadas ao pensamento das corporações policiais.

No que diz respeito à PM, o pensamento da corporação não é de fácil compreensão através de entrevistas, apesar de o senso comum sugerir o conservadorismo e a obediência à hierarquia numa estrutura militar. O entrevistado aqui denominado Assessor 1, chefe da comunicação da PM, usando técnicas da função de porta-voz que ocupa na corporação, não esperava as perguntas para responder, adotando uma postura resistente em relação à ordem das questões. Ele falava o que intencionava e julgava positivo para a corporação: as perguntas elaboradas para a investigação eram feitas entre pausas de respiração do entrevistado e, muitas vezes, precisavam ser repetidas, porque eram respondidas com conteúdos alheios às questões.

As condições de produção das notícias na assessoria da PM emergiram de improviso durante a entrevista ao Assessor 1. Ao longo do inquérito, um dos seus subordinados, Assessor 2, falou sobre um policial militar que disparara uma arma e atingira o braço de um policial civil e que estava sendo alvo de apuração de um repórter. O Assessor 2 mostrou a nota de resposta ao Assessor 1, que respondeu: Por mim, pode ser essa, só combine com Assessor 3 antes de mandar”. O Assessor 3 é o assessor de comunicação da Polícia Civil, também entrevistado nesta pesquisa.

Quando perguntado se a assessoria da PM mantém diálogo com a assessoria da PC para gerenciar a comunicação, Assessor 1 respondeu: “o tempo todo”. Esse relato é importante para identificar que o processo produtivo organizacional de uma assessoria a nível governamental buscar alinhar os discursos sobre os assuntos que envolvem as duas instituições, havendo uma comunicação integrada entre os órgãos.

Quando perguntado sobre o objetivo do seu trabalho, Assessor 1 afirmou que seria transmitir a informação com clareza e verdade, o que demonstra a necessidade de ser objetivo. Contou que o episódio mais marcante foi a ocorrência na cidade de Santa Cruz do Capibaribe⁵. “Tiveram muitas mortes, não de civis, mas de suspeitos. Eu consegui mostrar que a violência não foi da polícia, e sim dos criminosos”. É interessante observar aqui a tentativa de classificar civis como suspeitos e, em seguida, criminosos, buscando justificar e naturalizar as mortes, com o pré-julgamento de civis como suspeitos e criminosos, revelando o juízo de valor antecipado ao julgamento pelos órgãos judiciais pela assessoria da PM.

Ao ser questionado sobre a atuação da PM em relação ao tráfico de drogas, Assessor 1 disse: “A Polícia Militar é uma instituição de Estado, não de governo. A obrigação é de ver e combater, não podemos criar um juízo de valor. A obrigação que temos é de cumprir a lei. Os delegados tomam a decisão se vai gerar TCO⁶ ou autuar em flagrante”. Assessor 1 tentou explicar que eles devem ser “legalistas”, então citou o exemplo do uso da maconha medicinal e afirmou que não é a corporação quem

5. Episódio em que a PM matou oito pessoas em decorrência do assassinato de um policial (Vasconcelos, 2019).

6. Termo Circunstanciado de Ocorrência, instrumento de registo e apuração de infrações.

vai decidir sobre o consentimento. “Por ser droga e por ser ilícita, tem que estar embasado na legislação [...]. A PM vai continuar destruindo a plantação, quantas foram plantadas, mesmo que medicinal, cumprindo somente a lei. Temos que ser altamente legalistas.” Assessor 1 resistiu a expor a sua opinião quanto ao tráfico de drogas em si, respondendo sempre que a polícia não deve ter opinião, mas fazer cumprir a lei. Perguntámos, então: “E se a lei mudar?” Ele redarguiu que precisaria haver um entendimento e um treinamento da PM para acatar a lei vigente.

Diferentemente do Assessor 1 e 2, que são formados em direito e em letras, respectivamente, e têm carreira militar, o assessor de imprensa da Polícia Civil, identificado como Assessor 3, é civil, formado em jornalismo e emite opiniões conservadoras e de apego à defesa da instituição da PC, assim como o *ethos* jornalístico obtido na formação e atuação na profissão. Na entrevista, ele expressou opiniões conservadoras, um firme compromisso com a defesa da instituição que assessora e características do *ethos* jornalístico.

O *ethos* profissional revelou-se com a valorização da apuração, a checagem dos fatos, a preocupação com o interesse público e com as informações que veicula – demonstrando atenção aos efeitos das notícias na sociedade, em especial quando citou três jornalistas como suas referências profissionais em termos de apuração dos fatos e redação, destacando as reportagens investigativas e de grande trabalho de apuração. Outro elemento da prática jornalística manifestado pelo Assessor 3 é o realce à objetividade e à imparcialidade.

Ao ser questionado se tinha receio de demissão, ele respondeu: “Eu sou técnico, não tenho vinculação política, então me sinto seguro para fazer o meu trabalho do jeito que acho certo sem ter essa

preocupação”. Ao afirmar-se “técnico”, evidenciou a necessidade de atestar seu potencial de objetividade e imparcialidade, fazendo o trabalho como assessor sem misturar suas opiniões com a atividade profissional. Esse é um posicionamento parecido com o dos jornalistas das redações entrevistados nesta pesquisa. Entretanto, segundo informações dos Assessores 1 e 3, as notícias divulgadas pelas assessorias precisam ser aprovadas por instâncias superiores das polícias, o que expõe a vinculação política dos conteúdos fornecidos aos jornais por essas equipas.

A valorização da objetividade é evidenciada por Assessor 3 no que diz respeito às reportagens sobre drogas. Ele revela que a cobertura “não aprofunda tanto os assuntos como aprofundava antigamente” e diz que isso acontece, nomeadamente, porque os jornais não têm mais profissionais suficientes para fazer as apurações. Destaca, entretanto, que as equipas de TV fazem reportagens mais completas, com conteúdos mais densos e afirma: “não vejo [na televisão] muito juízo de valor. É um crime, é um crime e pronto”. Em que pese essa fala valorizar a objetividade, demonstra parcialidade por considerar a naturalização da venda de drogas ser um crime, sem que haja espaço para a disputa de sentido do que é um fato criminoso, que se altera ao longo do tempo e da história (Melo, 2010).

O pensamento conservador de Assessor 3 estabelece uma dicotomia entre família e envolvimento com drogas. Ele observa:

Drogas não é uma questão só de prisão (...) acho que é uma questão muito mais ampla, uma questão social, que envolve educação, lazer, uma questão que envolve economia também, ter comida dentro de casa, ter um lugar pra morar, ter uma estrutura familiar mais organizada. (...) A prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime, mas o caminho que a

pessoa segue até ser preso, tem várias variantes aí. (Assessor 3, comunicação pessoal)

A fala de Assessor 3 demonstra a necessidade de assistência às famílias e garantia de direitos básicos para que a estrutura familiar seja preservada, de modo a prevenir o envolvimento com drogas. Não há um questionamento acerca do aprisionamento das pessoas por tráfico de entorpecentes, revelado no trecho “a prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime”, mas há uma modalização sobre as razões de as pessoas ingressarem no crime, destacado no excerto “mas o caminho que a pessoa segue até ser preso, tem várias variantes”.

Ainda sobre considerar o comércio de entorpecentes como um delito, inicialmente, Assessor 3 tem dificuldade em responder à pergunta “Você acha que a venda de drogas deve ser considerada crime?” Ele legitima a lei e só depois considera a sua mutabilidade, mas, mesmo assim, concorda com o fato de o comércio de drogas ser qualificado como crime porque entende que é uma atividade violenta:

O tráfico de drogas é um crime, né? No Código Penal é um crime. (...) Mas eu considero um crime, um crime muito violento, que provoca muitos homicídios, que amedronta muito as pessoas, e que infelizmente faz muitas vítimas também, porque não atinge só quem usa drogas, atinge toda uma estrutura. Família, amigos, é muito triste tudo isso. (Assessor 3, comunicação pessoal)

A equipe de assessoria de imprensa da PC é composta por oito profissionais: cinco assessores de imprensa, um *social media*, um cinegrafista e fotógrafo e um editor de vídeo. Assim como a PM, percebemos a centralidade que a PC dá ao setor de comunicação em um esforço

de veicular sua própria narrativa sobre as atividades institucionais nos media. Isso emerge na fala do Assessor 3 quando destaca o crescimento da equipa desde o seu ingresso na Assessoria, que para ele tem “um tamanho bom”.

A assessoria da PC mantém quatro grupos de *WhatsApp* com a imprensa local – dois grupos com a imprensa da Região Metropolitana do Recife e outros dois com a imprensa do interior do Estado. Entre os assessores de imprensa, estão representantes do Centro Integrado de Comunicação (Cicom) e da Secretaria de Defesa Social (SDS). O grupo funciona para divulgar *releases*, imagens e materiais e para tirar dúvidas dos repórteres. Essa ferramenta funciona para facilitar a difusão das pautas da corporação e desvela a dificuldade dos media em produzir suas próprias reportagens.

Assessor 3 afirma ainda:

A gente não passa [divulga] o crime que aconteceu. Até porque, a gente não faz assessoria de imprensa do crime. [...] A gente trabalha pra Polícia Civil, não para os criminosos para divulgar o que o criminoso fez. A gente trabalha com o que a Polícia Civil faz para a sociedade. Tá apurando, tá investigando, em função do que prendeu ou não prendeu, vai prender, não dizendo que houve um crime não sei onde. As providências que a Polícia Civil tá tomando em relação àquele fato. (Assessor 3, comunicação pessoal).

Essa fala destaca que o papel da assessoria da PC é divulgar o que podemos qualificar como “ações positivas da corporação” e seus serviços, além da conduta de não noticiar algo quando não há resposta ou ação adotada pela instituição. No que diz respeito aos fatos relacionados

a entorpecentes, o entrevistado diz que diariamente a corporação faz apreensões de substâncias, mas que nem todas interessam à imprensa:

A gente tem que fazer tipo uma triagem do que chega pra a gente ver o que é interessante divulgar para imprensa ou não. Hoje, por exemplo, a gente fez uma divulgação de uma prisão que teve na madrugada de ontem, uma apreensão de mais de 100 kg de maconha, aí é uma coisa que chamou atenção, (...) aí isso a gente soltou o *release* para imprensa no grupo de hoje e imagens, mas aí eles vão trabalhar com essas informações. (Assessor 3, comunicação pessoal).

É possível perceber, segundo Assessor 3, como acontece a definição do que é ou não notícia a ser emplacada na imprensa. Isso demonstra o poder das assessorias em disponibilizar ou retirar pautas conforme o interesse das corporações policiais, inclusive por sua influência junto aos editores dos jornais. Assim, destaca-se o investimento das duas polícias na constituição de suas imagens por meio dos conteúdos fornecidos aos media. Isso evidencia como o fortalecimento das assessorias serve para posicioná-las como *gate* no processo de comunicação, e a subjetividade que se revela neste fluxo atende aos interesses das duas corporações, ao passo que a crise económica nas empresas de comunicação conduz à redução de recursos para produzir, elas mesmas, os conteúdos das reportagens.

Relação entre Repórteres e Assessores: os Novos Gatekeepers em Campo

O fato de os assessores de imprensa escolherem o que divulgar ou não e atuar como ponte entre os media e as duas polícias coloca as

corporações como *gatekeepers* da imprensa, posição antes ocupada pelos editores de jornais, que definiam quais seriam as pautas a serem desenvolvidas pelos repórteres. Os editores ainda deliberam o que entra ou não como notícia, mas apenas acedem às informações após os assessores de imprensa filtrarem, entre informações brutas, o que será enviado aos jornais como *press releases* e como imagens. A relação entre repórteres e assessores no campo jornalístico é fundamental, uma vez que as notícias são produto dessa interação (Andrade, 2024). No Quadro 1 a seguir, trechos das entrevistas demonstram o quanto o trabalho dos assessores afeta a construção de notícias, pela influência no conteúdo publicado.

Quadro 1

Influência dos assessores nas decisões sobre as notícias

Na verdade, em relação a drogas, a gente faz [publica] muita prisão. Prisão de traficante ou senão apreensão de drogas, [já] que a Polícia Federal divulga muito *release* de quando tem uma quantidade muito grande de apreensão de drogas. Acho que, infelizmente, pela dificuldade de ter acesso a delegado e a delegacia pra conseguir falar com suspeito, a gente diminuiu muito essa cobertura de drogas, por exemplo, faz tempo que eu não faço uma matéria sobre drogas, [por exemplo] qual droga que vende mais? É crack ainda? Porque teve uma época que se fazia muito matéria sobre crack. A gente fazia muita matéria de crack, principalmente no Diário, eu lembro que a gente fazia muito, M.⁷ fazia muito matéria sobre crack e aqui a gente meio que parou, mas também muito pela dificuldade, porque as coisas vão se atropelando, não existe mais isso de ficar uma semana fazendo matéria. Existia no passado, você ficava às vezes até um mês fazendo uma matéria. Aí se atropelou por isso e também pela dificuldade de ter acesso de pessoas pra conversar (Jornalista 1).

7. O entrevistado cita nominalmente um dos repórteres responsáveis por coberturas sobre drogas em Pernambuco.

Sim [me sinto frustrado]. Eu acho que quando a gente fica refém dessa visão governista, a gente não pode aprofundar, a gente não pode dar um ponto de vista diferente, porque o jornalismo basicamente precisa viver de um ponto de vista diferente. Quando a gente não tem, até o leitor, o leitor comum talvez não perceba, mas o leitor que é mais crítico, ele percebe, nas entrelinhas, que aquilo ali poderia ser mais completo. Aquilo ali poderia ser mais aprofundado. E a gente fica: realmente, a polícia mandou isso e é isso (Jornalista 4).

Elaboração própria.

O poder decisório sobre o que enviar para os jornais como parte das atribuições de *gate* ocupada pelas assessorias – que assim, posicionam-se como representantes da verdade (White, 1993) – denota a subjetividade da comunicação das notícias, em particular, das notícias sobre drogas. Uma vez que o repórter queira apurar uma informação, precisará da assessoria de imprensa em algum momento da construção da sua reportagem; e, caso o assessor queira divulgar uma notícia, precisará do repórter para isso. Mas em que medida a relação entre repórteres e assessores afeta a construção de notícias?

Cada vez mais os jornalistas fazem apurações das próprias redações, por via telefônica ou por e-mail, e não *in loco*, o que reduz as possibilidades de recolha de informações e aumenta a dependência das assessorias. Isso foi demonstrado nas entrevistas com os repórteres dos três jornais. O afastamento entre repórteres e fontes diversas se deu, em paralelo, pelo enfraquecimento dos jornais (que forçou repórteres a apurar a partir das redações) e pelo fortalecimento das assessorias de imprensa, como demonstrou o Jornalista 1:

Quando a gente entrava numa delegacia, era na mesa do delegado. (...) hoje existe uma dificuldade de conversar com delegado, com perito. Tudo é muito via assessoria. A assessoria instrui

esses profissionais a não darem entrevista, a não passarem informação nenhuma, que senão eles podem responder a processo administrativo, é uma relação muito difícil, alguns ainda falam, outros falam em *off*, mas é uma relação bem difícil. (Jornalista 1, comunicação pessoal)

O assessor, ao filtrar as informações, decide o que é notícia e pode bloquear reportagens ao reter dados ou influenciar o campo mediático. O repórter, ao privilegiar o delegado como fonte principal, reforça a polícia como fonte hegemónica da reportagem. Andrade (2024) mostra que o fato de as fontes serem somente oficiais, e em sua maioria, polícias, confinam o tema de drogas ao prisma da segurança pública. Embora o tópico drogas pudesse ser abordado sob perspectivas de saúde, assistência social, cultura ou comportamento, a ênfase na dificuldade de acesso ao delegado em vez de a fontes diversas evidencia a permanência de uma visão proibicionista na postura individual dos jornalistas, sem questionar abordagens alternativas à lei de drogas.

No que diz respeito à influência dos assessores de imprensa, Jornalista 1 ressaltou que, quando o assessor argumenta, consegue, muitas vezes, conduzir o trabalho jornalístico:

Tudo é uma conversa. “Eu não posso dar essa informação e pronto.” Às vezes tudo é uma conversa, uma conversa derruba até uma página. É: “chefe, não *vamo* dar hoje não, o assessor conversou comigo. A gente se resolve por esse caminho. [...] É aquela coisa, é uma troca. Hoje eu dei uma paulada, mas se amanhã tiver uma pauta boa, me manda que a gente também dá uma aliviada. Tudo vai se adaptando. (Jornalista 1, comunicação pessoal).

O Jornalista 4 informou que a relação de troca profissional com o assessor faz toda a diferença entre o que vira ou não reportagem:

Às vezes eu acho que tem um material que normalmente você acha que não entraria, aí “ah, mas o assessor é bem prestativo”, então entra. Tem material que eu digo: “não vou colocar porque não rende muito”, mas quando você é mais próximo do assessor, entra. (Jornalista 4, comunicação pessoal).

Na esteira do fortalecimento das assessorias de imprensa, identificamos relatos que descrevem o enfraquecimento económico dos jornais, o que faz as empresas jornalísticas dependerem dos governos e, assim, se alinharem ainda mais ao campo político. Essa crise económica conduziu à redução do número de repórteres e ao enxugamento da estrutura das redações, demonstradas nos Quadros 2 e 3 a seguir:

Quadro 2

A estruturas dos jornais

Agora também tem a TV⁸ que cobre [faz a cobertura jornalística]. Existe a parceria com a TV, mas é difícil. Por isso que eu tento cobrir os problemas do Estado, a gente voltou a cobrir a questão do feminicídio, então todo mês a gente vai dar matéria sobre o feminicídio, mas a gente vai conseguir fazer [entrevistar] família de vítima? Muito difícil. A gente vai conseguir fazer uma por mês, mas a gente vai cobrar políticas de segurança, vai ficar no pé do governo pra fazer... Cadê aquele programa? E as polícias, como é que tá as delegacias? Tão abrindo mesmo todo dia? A gente vai tentar fazer o que a gente pode, o melhor (Jornalista 1).

A gente, às vezes, recebe sugestão de pauta. Eu tinha inúmeras pautas pra fazer em Bezerros. Jaboatão, Paulista, Olinda, você ainda consegue, mas quando vai passando disso, desse limite aí, você não vai conseguir, porque o carro [do jornal] tem que voltar, porque as pessoas [outros repórteres e funcionários do jornal] estão precisando, porque o carro também leva o pessoal do administrativo e de outros setores. Então, você sabe que poderia fazer um trabalho bem melhor se você tivesse uma estrutura melhor (Jornalista 6).

Elaboração própria.

8. Um dos jornais pernambucanos integra um conglomerado de mídia, que reúne TV, rádio, portal de notícias e jornal.

Quadro 3

A dependência financeira dos jornais e a censura

[A questão] é financeira, do que a prefeitura e o governo representam como clientes [de publicidade]. Por exemplo, essa semana veio *release* da Prefeitura falando que o Recife anuncia a suspensão do carnaval. Aí a gente teve que especificar bastante que era *suspensão*. A gente tem que usar o verbo que a Prefeitura usou. (Jornalista 4)

Tem algumas coisas que não precisam ser ditas. Outras coisas são ditas expressamente, mas não pra redação, são ditas pra chefia e a chefia passa [aos subordinados]. Mas é uma coisa de conhecimento, as pessoas sabem que algumas coisas são mais delicadas. [...] se você foi contratado por uma empresa, que o dono da empresa tem outros negócios. Existem interesses mercadológicos que lhe impedem de falar sobre isso, se você é contratado pra uma empresa, você estuda [os interesses empresariais], você sabe algumas coisas. (Jornalista 3).

Claro que todo veículo tem suas relações com o poder. Mas se você não pode bater no poder diretamente tanto quanto gostaria, pelo menos tente denunciar absurdos sociais e promover projetos, ONGs, gente que tá na rua todo dia tentando combater a fome, a pobreza, as doenças. Essa pandemia a gente sempre militou contra o... militou não, a gente reportou contra o negacionismo, contra o obscurantismo. (Jornalista 5).

Mas no Diário, a gente tinha uma ideia do tipo: esse assunto não pode, aquele assunto não, *vamo* pegar leve no Pacto pela Vida⁹, também já foi uma época que tava muito próximo até da campanha de Eduardo Campos pra presidente, então, existia toda uma cobertura mais sensível em relação à segurança, de vez em quando a gente dava *lapada*, mas era uma coisa muito rara. Eu lembro muito a expressão “Pacto pela Vida” só em matérias positivas, matérias negativas não se usava essa expressão, principalmente de 2013 em diante, que já era mais próximo dele [Eduardo Campos] sair pra fazer campanha [presidencial]. [...] Então, por exemplo, essa expressão [Pacto Pela Vida] mesmo eu sei porque a editora chegou e saiu apagando da página. (Jornalista 1).

Elaboração própria.

9. Programa de Segurança Pública de Pernambuco, grande marca da gestão do governador Eduardo Campos, morto em 2014 como candidato a presidente da República.

Como demonstrado nos Quadros 2 e 3, as problemáticas consequentes do entrelaçamento entre os jornais e os governos vão além da própria construção de notícias, mas passam, também, pela liberdade de expressão, violada nas censuras aos jornalistas. Essas censuras foram cometidas tanto pelas chefias das redações, quanto pelos assessores de imprensa, fazendo com que os repórteres fiquem cada vez mais limitados a publicar o que é do interesse dos jornais e dos seus aliados.

Isso demonstra uma perda de qualidade e de informação no noticiário, uma vez que não há espaço para publicação dos conflitos travados na própria sociedade. Os jornais deixam de ser um espaço de debate e passam a ser espaço de divulgação do ponto de vista dos aliados aos interesses da indústria jornalística. No âmbito das drogas, fica evidente que são as corporações policiais que definem o discurso jornalístico e o sentido que ele deve seguir.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos compreender como a relação entre assessores de imprensa e repórteres influencia a construção de notícias sobre drogas. Em um cenário onde as assessorias de comunicação estão cada vez mais fortalecidas e as redações com equipes cada vez mais enxutas, identificamos o poder das assessorias em gerar conteúdos e dominar os discursos, produzindo sentidos que são favoráveis às corporações assessoradas. Na dinâmica produtiva das assessorias de imprensa das polícias pernambucanas, identificamos a habilidade em conduzir os assuntos abordados nos jornais.

A vulnerabilidade observada no campo jornalístico investigado sinaliza o constrangimento dos jornais como empresas de mercado, que

ficam cada vez mais dependentes do campo político quando passam por problemas económicos. Neste sentido, as notícias ficam cada vez mais vinculadas aos órgãos oficiais, não apenas como fontes, mas com o recurso ao próprio material gerado pelos governos. Também é importante destacar o fato de que as pautas são sugeridas, em sua maioria, pelos assessores de imprensa, que revelam decidir o que enviar aos repórteres. Isso desloca a decisão sobre o que deve ou não ser notícia para fora das redações, reposicionando a função de *gatekeeper* (White, 1993).

Além disso, verifica-se que a força do eixo organizacional acaba por ser, muitas vezes, corroborada pela cumplicidade entre os jornalistas e o posicionamento empresarial dos jornais. Isso parece ser resultado, entre outros fatores, da aceitação passiva dos *press releases* como fonte muitas vezes únicas do noticiário, resultado da crise económica que abate o setor, que reposiciona as assessorias de imprensa como *gates* definidores do que se rejeita ou se acata como notícia (White, 1993) no âmbito das drogas.

Isso nos leva a sublinhar a necessidade de estudos posteriores e mais aprofundados sobre em que medida o deslocamento da posição do *gatekeeper* reestrutura o poder dos media em pautar assuntos na sociedade contemporânea, levando em consideração cenários de crise económica do jornalismo em todo o mundo, além da revolução tecnológica e comunicacional. Nesse sentido, compreendemos que vale a pena seguir a questionar quem são os novos *gatekeepers* contemporâneos.

Referências

Andrade, N. Q. (2018). *Jornalismo sobre drogas: por uma cobertura pautada nos valores da democracia e dos direitos humanos* [Paper].

Anais do Intercom Nordeste. <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0183-1.pdf>

Andrade, N. Q. (2024). *Domínio da narrativa: o campo jornalístico e a cobertura sobre drogas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].

Bruck, M. S. (2013). Crack na imprensa: Imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). *Brazilian Journalism Research*. <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/513>

Melo, P. B. (2010). *Histórias que a mídia conta: O discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].

Melo, P. B., Miranda, E. B. de, & Benzaquen, G. F. (2011). *Pânico e controvérsias: História, consumo controlado e tratamento do crack* [Paper]. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba. https://www.researchgate.net/publication/271909557_Panico_e_controversias_historia_consumo_controlado_e_tratamento_do_crack

Melo, P. B. (2011). *O medo do crack na pauta jornalística*. XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia. Recife. https://www.researchgate.net/publication/273439761_O_medo_coletivo_do_crack_na_pauta_jornalistica

Melo, P. B. (2013). Barbosa Lima Sobrinho, precursor dos estudos brasileiros sobre a economia da imprensa. In J. M. Melo, & P. B. Melo

(Orgs.), *Economia Política da Comunicação: Vanguardismo Nordeste*. Massangana.

Orlandi, E. (2001). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Pontes.

Reinarman, C., & Levine, H.G. (1997). *Crack in America: Demon drugs and social justice*. University of California Press.

Rocha, M., & Silva, J. (2016). Pânico social e animalização do usuário: O crack na Folha de S. Paulo. In J. Souza (Org.), *Crack e exclusão social* (pp. 251–286). Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional sobre Drogas.

Rosenthal, G. (2014). *Pesquisa social interpretativa: Uma introdução* (5ª ed.). EdiPUCRS.

Taylor, S. (2008). Outside the outsiders: Media representations of drug use. *Probation Journal*, 55(4), 369–387. <https://doi.org/10.1177/0264550508096493>

Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Insular.

Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

Vasconcelos, C. (2019, julho 3). PMs de Pernambuco e Paraíba matam 8 após morte de policial. *Ponte*. <https://ponte.org/pms-de-pernambuco-e-paraiba-matam-8-apos-morte-de-policial/>

West, R. (2016). *Políticas de drogas e redução de danos: Um estudo sobre o Programa Atitude em Pernambuco* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28179/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Rafael%20Silva%20West.pdf>

White, D. M. (1993) O *gatekeeper*: uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Vega.